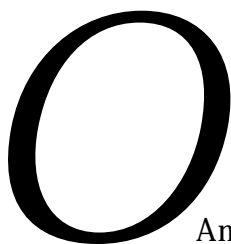


.....

## *E speranza e certeza*



Amapá para mim, não era uma região estranha. Nascido no Maranhão, constituía o Amapá parte desta vasta região que, nos começos do Brasil, era toda a Amazônia — o Estado do Grão-Pará e Maranhão. Mais tarde separados Maranhão e Pará depois, separada a Província do Rio Negro ou Amazonas; depois, do Maranhão saiu o Piauí. Do Pará desmembrou-se em 1942 o território do Amapá agora Estado. É uma só região geográfica. As mesmas etnias, os mesmos problemas, as mesmas esperanças. Uma convivência permanente do homem com a natureza.

Falar sobre o Amapá é falar sobre o Brasil, este enigmático continente tocado pelos portugueses há 500 anos e ainda carregado de segredos. Sempre agarrados ao litoral durante séculos, arriscamo-nos pelos sertões da serra do Mar e do Planalto Central à cata de preciosidades, cruzamos pelos caminhos de terra e pelos rios, latitudes e longitudes inimagináveis, semeamos aqui e acolá a nossa presença. Mas ainda estamos longe de consolidar os conselhos do Patriarca José Bonifácio de Andrada e Silva:

*Fazer a independência, preservar a soberania, construir uma nação*

Ou de Tiradentes:

*Se todos quisermos, seremos um grande país.*

Fez-se a independência. Luta-se hoje pela soberania ameaçada pelo abismo tecnológico que nos separa do Primeiro Mundo.

E se está construindo a Nação brasileira pela incorporação secular de seus espaços físicos, humanos e simbólicos.

Ninguém confunde a origem regional de um baiano, de um mineiro ou de um gaúcho. Antes de tudo, eles trouxeram para a Nação brasileira seu quinhão territorial e cultural. Eles e tantos outros não identificados. E não tolhidos nestas expressões, graças também a uma identidade lingüística que consagra uma razão comunicativa mais perfeita do que a que juntou outros povos. Outros rincões há entretanto, nos quais a identidade se perde numa vaga noção hemisférica — *do Norte* — em que o interlocutor mais confunde geograficamente o Amapá com o Acre, o Maranhão, Pará Rondônia ou Roraima com Amazonas do que os diferencia.

Tanto Roraima quanto o Amapá aqui estão. Aqui está o Oiapoque, onde pousa na fronteira com a Guiana Francesa uma modesta cidade com seu nome e de onde partem regularmente brasileiros rumo a Caiena em busca de vida melhor. Fazem isto há muito tempo. Muito antes que a recessão jogasse no exterior milhares de jovens do Centro-Sul do País. Já são 15 000 os brasileiros clandestinos e semiclandestinos que vivem na Guiana Francesa, enviando às famílias residentes no Amapá os meios de vida. Até mesmo comunidades indígenas inteiras se deslocaram para o território francês da Guiana, alegando terem lá melhores oportunidades e melhores tratamentos.

Curiosamente, o Amapá tinha muito do vestígio e do destino trágico de Portugal. As ruínas da Fortaleza de São José de Macapá à entrada da cidade nas margens do Amazonas, sublinham o gosto pela conquista do colonizador, enquanto a vida morna e alagada ao seu redor denota um certo abandono. Tal como na praia lusitana, os homens, os jovens, os arrojados, vão até Belém, vão para Caiena, vão até diuturnamente trabalhar



*Garça real nos alagados do Pracuúba*

do outro lado do rio Amazonas, nos grandes projetos do Jari: vão sempre em busca de um vir-a-ser impossível de se realizar dentro de casa e deixam, no rastro, a ferida da perda que se desmancha sonoramente no mar-abaixo.

Do outro lado do Equador existe um povo de tradições que se misturam com os mistérios da Amazônia, cujas virtudes, potencialidades e tragédias ainda nos escapam. São o Amapáe o amapaense.

Eram insulados.

A era do voluntarismo como forma matriz de ocupação do território nacional não se substituiu por um tipo capaz de alcançar o Amapá

Ao das trilhas do período colonial seguiu-se a rolagem de populações agrícolas por artérias que empurraram a fronteira agrícola até o norte do Mato Grosso e Rondônia.

O Amapá estava fora destas rotas, na margem esquerda do Grande Rio.

O intervencionismo português, que tantas marcas deixaria na ocupação militar do extremo sul do país, também não encontrou fortes razões militares para adensar a fronteira setentrional.

As mesmas razões que valorizam o Xuí desvalorizam o Oiapoque, tanto antes como até duzentos anos depois da independência.

A questão da ocupação do espaço nacional passou por distintas estratégias, cada uma delas responsável pela abertura de novas fronteiras de ocupação e desenvolvimento.

A era getuliana, sob uma nítida inspiração geopolítica, de origem militar, que se iria reproduzir no período mais recente de 1964/1985, impulsionou duas idéias básicas: a *Marcha para o Oeste*, que iria dar origem à ocupação do Vale do São Francisco, sob a égide da Fundação Brasil Central, e a criação dos Territórios Federais, desmembrados de alguns Estados, como os de Roraima e Amapá saídos do Amazonas e Pará respectivamente. O núcleo destas estratégias era a ocupação demográfica de espaços vazios, pouco contando, ainda, a contribuição dessas áreas à economia nacional.

Mais tarde, com a era Presidente Juscelino Kubitschek, começaria um novo estilo de intervenção no espaço nacional, melhor instrumentalizado e conduzido pelo Estado, com vistas à expansão do mercado nacional ou eliminação de tensões localizadas. Realmente, não só o nível de industrialização no centro do país estava a exigir maior elasticidade das áreas primário-exportadoras internas, superior à capacidade de resposta dos Estados sulinos, como a processo de legitimação passava pela adoção de políticas capazes de ampliar o circuito do reconhecimento.

As necessidades econômicas apontavam para a tentativa de criar novos pontos de sustentação à expansão da fronteira agrícola rumo ao Centro-Oeste; as tensões políticas para a incorporação do Nordeste, além da engenharia da seca. Daí Brasília e a Sudene, origens e pontos de referência imediatos da experiência brasileira de planejamento para a desenvolvimento regional. Uma era de amplas liberdades democráticas, quando as decisões públicas inspiraram-se em forças e processos reais – políticos e econômicos.

O período autoritário não reforçou as linhas básicas de ocupação do espaço nacional dos governos Vargas e JK. Pelo contrário, abandonou-as em benefício de programas especiais, tanto no nível urbano quanto no regional. É verdade que isto se impunha, pois as grandes metrópoles passavam a concentrar a maior parte da população nacional e exigir a formulação clara de políticas de desenvolvimento urbano.

Do ponto de vista estritamente regional, há alguma relação cruzada com a experiência anterior, mas redefinida sob novas prioridades, aí ressaltando a extensão de instrumentos de desenvolvimento regional para a ocupação da Amazônia: Sudam, Basa, Suframa.

O enfoque estratégico, dominante no auge do AI-5, substituiria a ação sobre os territórios federais, criados com os objetivos de induzir e orientar a ocupação das áreas territoriais pela Transamazônica, que magicamente operaria como *vaso comunicante* para descomprimir o excesso de tensões do Nordeste. Teria assim o duplo papel de promover a soberania e desafogar as tensões sociais.

Do ponto de vista econômico, a *Marcha para o Oeste*, de Vargas, secundada pela construção de Brasília, por JK, daria ensejo ao programa de aproveitamento dos cerrados. Um arquipélago de ações tópicas, inseridas em um conjunto disperso de programas especiais, complementaria o referencial estratégico de ocupação nacional.

Mantivemos o instrumental estratégico existente. Foi uma fase de sustentação do que existia: manutenção dos territórios federais, Sudene, Sudam, Brasília e cerrados. Com exceção essencial e abrangente da ferrovia Norte-Sul, com vértice em Itaqui, no Maranhão na expectativa de encontrar não apenas uma saída viável para a produção explosiva de grãos no Centro-Oeste, mas, também, de criar um novo eixo de modernização na economia nacional interligando a região geoeconômica de Brasília com o Norte-Nordeste. Essa estratégia abrirá uma nova e grande área de expansão capaz de mudar a face do país, e reação à exploração predatória improvisada da Amazônia que levou à suspensão da implantação de

grandes projetos agropecuários na região com base na concessão de incentivos fiscais simultânea à criação das reservas extrativistas.

A compreensão da necessidade de adotar a nova face do desenvolvimento com a preocupação ecológica determinou o Projeto Nossa Natureza e o conjunto de leis – as melhores do mundo – de proteção ao meio ambiente.

O bombardeio destes projetos, por poderosos interesses externos e internos, atrasava as providências e atenções que o Norte e o Nordeste merecem e esperam ver cumpridas.

No meu Governo, a prioridade centrou-se no setor político. A retomada da democracia. Minha própria presença no Senado é um testemunho de que não padeço nem da onipotência do isolamento, nem da do silêncio. Tenho a humildade para enfrentar o diálogo sobre meus próprios atos praticados num momento cruciante de nossa História. Eu, que sempre tive a capacidade de ouvir duras e áperas críticas, por que não ouviria minha própria consciência sobre inevitáveis imperfeições de um passado? Fui Governador do Maranhão, orgulho-me disto, e ainda guardo a vontade de vir a fazer coisas que não pude fazer.

O mesmo digo da Presidência da República. Orgulho-me do legado de liberdade que contribuí para transmitir à Nação, mas jamais poderia ter mudado o país como num passe de mágica. Na essência, mudou politicamente, e com isto se credencia para um novo milênio. Mas lamento o conturbado momento que não me permitiu atacar alguns problemas. Hoje, amadurecem em minha consciência temas e questões que a experiência e o tempo me credenciam a melhor vêlos e equacionálos.

Ora, há aqui um ranço de discriminação e um desconhecimento de alternativas modernas de elevação dos níveis de renda dividida em regiões subdesenvolvidas. Paradoxalmente, dadas as características da integração do mercado mundial, é possível afirmar, hoje, que mesmo uma longínqua ilha do Pacífico, sem quaisquer vantagens comparativas fatoriais, é capaz de

fundar bases relativamente sólidas à sua economia local: basta que saiba tirar proveito de sua localização ou circunstâncias. A verdade é que a elevação de seu nível de renda dependerá basicamente de sua capacidade para *interceptar* os fluxos internacionais de rendimentos, oferecendo algum serviço inexistente.

A questão dos novos Estados, porém, não chega a ser tão grave. O Amapá por exemplo, detém vantagens comparativas suficientes não só para elevar o nível de sua renda interna, mas, concomitantemente, os níveis de produtividade e de contribuição à economia nacional. Não poderá por certo reproduzir as estratégias e instrumentos tradicionais do desenvolvimento regional nem alimentar expectativas de consubstanciar um modelo substitutivo de importação similar ao do Centro-Sul do país.

Temos de dar ênfase ao desenvolvimento sustentado, com uma visão dos recursos imensos da Amazônia, fugindo ao modelo chamado de *dente de serra* em que a economia sobe e desce ao sabor de contingências externas.

Há que considerar, primeiro, que o *status* anterior o mantinha numa situação tipicamente colonial, onde o enclave do manganês iniciado em 1954 só contribuiu para reforçar esta condição.

A grande massa de recursos fiscais, oriundos do Imposto de Renda e impostos indiretos (IPI, ICM) era apropriada integralmente pela União que, supostamente, devolvia à comunidade sua cota-parte na forma de salários e investimentos do Governo do Território.

Graças a isto praticamente nenhum outro benefício atingia a região, que jamais teve acesso a recursos de programas especiais (Polonorte, Polocentro) ou incentivados (Sudam, Basa).

É bem provável que o futuro demonstre haver maior abundância de recursos sob o novo invólucro institucional de Estado do que o anterior. E aí se começará a descobrir a viabilidade do Amapá. É possível visualizar um vasto campo de investimentos privados que em

breve poderá convertê-lo em tributário da economia nacional, sobretudo no tocante à geração de divisas. Com uma população pequena – 400 000 habitantes –, concentrada num raio de 90 quilômetros com epicentro em Macapá o novo Estado é o único da Federação que não exhibe problemas sociais graves. Estes, nos grandes centros de oeste do país, radicam na miséria, na violência e nos elevados custos para equacioná-los. Nas áreas pioneiras estão os conflitos de terra, envolvendo populações ribeirinhas, posseiros, comunidades indígenas e garimpeiros. Longe destes problemas, o Amapá tem sido preservado naturalmente pela sua geografia: distante seis dias de barco de Belém.

Existem vastas extensões de terras apropriadas à buba-linocultura nas zonas alagadas pela maré amazônica, igualmente longe dos aluviões de ouro, onde se condensam cerca de cinco mil garimpeiros oriundos da própria terra, e das comunidades indígenas, onde vivem apenas cerca de 800 almas que preferem as regiões altas mais ao norte do Estado.

Mercêdo isolamento natural, o Amapá preservou-se em todos os sentidos. É talvez a única região da Amazônia que se salvou da exploração predatória. Tivesse, aliás, havido algum macro-zoneamento ecológico à década de 70, e as autoridades federais teriam preferido localizar os projetos pecuários na faixa litorânea do Amapá sem derrubar nenhuma árvore, nem afetar o meio ambiente, e com possibilidades de escoar a proteína produzida para a Comunidade Econômica Européia, com a qual faz fronteira, via Caiena (Guiana Francesa), distante 400 quilômetros de Macapá ou para os Estados Unidos, via Miami, limite ao norte de uma região mais ou menos homogênea de que faz parte: o Caribe.

Como se não bastasse, é nas costas do Amapá em consequência da matéria orgânica abundante empurrada pelas *terras caídas* do rio Amazonas, que se localizam grandes bancos pesqueiros de produtos nobres, cobiçados por tantos quantos se dedicam à atividade.

Tem, pois, o Amapá uma vocação natural para a produção de proteína muito superior à capacidade interna de consumo, o que faz deste cenário norte-hemisférico um caso excepcional no contexto brasileiro.



*Campos do Araguari com búfalos e garças*

Além desta excelência, detém o Amapá reservas incalculáveis de minérios, primeiro deles o manganês, explorado incessantemente há 40 anos sem grandes contribuições à diversificação da economia local e à elevação de seu nível de capitalização interna. Dentro de pouco tempo, porém toda esta riqueza de reservas minerais estará revelada e se constituirá contribuição decisiva à produção nacional.

Enfim, entre as aguadas litorâneas de rara apropriação à cultura do búfalo e as surpresas escondidas sob a serra de Tumucumaque, estende-se, ainda, uma faixa de cerrados por onde se iniciou a ocupação do território, pobre, porém suficiente para abrigar um processo de substituição de importações de víveres, hoje, vocacionada para o reflorestamento.

Aí certamente se consolidará o eixo natural de ocupação do Estado, denominado Macroeixo Macapá/Oiapoque, pelo qual margeia a rodovia e se consolidará também, o desenvolvimento propriamente agroindustrial de uma região que extrapola suas potencialidades.

Sobre este amplo e promissor cenário de oportunidades econômicas é que se insere a criação da Zona de Livre Comércio do Amapá no âmbito da nova concepção.

A economia amapaense é marcada pelo isolamento, sobrevive num nível extremamente baixo de produtividade, insuficiente para impulsionar autonomamente um processo de profundas transformações. À permanente perda de população economicamente ativa, melhor qualificada, sucede-se a incorporação de contingentes migratórios extremamente pobres oriundos das barrancas do rio Amazonas e das incontáveis ilhas da foz do grande rio.

Difícilmente o Amapá conseguiria reproduzir o modelo primário-exportador interno que condicionou o desenvolvimento de extremo sul do país e agora se estende na via da fronteira agrícola em expansão, incorporando terras agricultáveis e novos produtos. Tampouco é viável pensar-se aqui em grande projeto interligado ao processo de desenvolvimento do extremo sul, tal como ocorreu com a petroquímica, com a siderurgia ou com as grandes usinas hidrelétricas.

O rio Amazonas separa e nos separa do desenvolvimento do Amapá que, para ocorrer, deverá obedecer a suas peculiaridades geográficas, naturais, humanas e culturais. É um desenvolvimento baseado na conservação, na defesa ecológica e na sustentabilidade com recursos naturais locais. O Amapá é a parte caribenha do Brasil, como o Rio Grande é a pampeana, o Mato Grosso, a pantaneira, o Amazonas e o Acre, a amazônica, a Bahia, a afro-brasileira, São Paulo, a ítalo-brasileira, e assim por diante.

Macapá está mais próximo sociocultural e economicamente de Caiena do que do Brasil.



Este *ser do Amapá* que é um ser meio caribenho, que está no clima, na paisagem, nas cores da região, misturando-se aqui e acolá com o açaí, com o muçunã com expressões indígenas, é também um *ser brasileiro* que, como tal, identificado, considerado e valorizado, incorpora-se à Nação.

Vivemos o dilema do *Patriarca* de construir a nação. Chegou a vez do Amapá agora transformado em Estado-Membro da Federação e incorporado à economia nacional com seu próprio modelo: extrovertido, flexível e democrático.

A Zona de Livre Comércio do Amapá constitui o toque externo que faltava ao Estado nascente para que rompêssemos as cadeias internas do atraso e do subdesenvolvimento e iniciássemos uma trajetória própria de incorporação de progresso.

Alguns sinais de reversão já são visíveis. Já começa a se movimentar rumo ao porto de Santana o projeto flutuante de celulose do Jari, que condicionou o Amapá a *Estado-Dormitório* visto que os seus trabalhadores só podiam ser solteiros, forçados a deixar os laços familiares do outro lado do rio Amazonas, no município de Laranjal do Jari, que abriga mais de 5 000 pessoas.

O Centro-Sul, com sua poderosa estrutura produtiva que concentra mais de 70% do parque industrial, não precisa assustar-se. Jamais haverá concorrência com o Amapá visto que aí será permitido, apenas, o processamento industrial da matéria-prima local. Jamais, também, a escala da Zona de Livre Comércio do Amapá alcançará a do Centro-Sul, cuja lógica de funcionamento e objetivos obedecem a outros parâmetros. Trata-se, nesse caso, de um instrumento para o desenvolvimento regional de uma área marginalizada da economia nacional, mas de grande importância estratégica e cultural. É nossa única fronteira paradoxalmente simultânea com o Caribe, diretamente, e com o Mercado Comum Europeu via Guiana Francesa. E, curiosamente, nosso porto de embarque mais próximo do mercado com o qual mantemos o maior volume de transações: Estados Unidos.

Mas este instrumento regional pouco altera o rumo da economia continental: ele passa a ser decisivo para a organização da economia amapaense e criação de oportunidades novas para o novo estado brasileiro.

A proposta da Zona Franca é atê conservadora, modesta, para as potencialidades da área.

Mas terá um papel fundamental na região e na vida dos amapaenses.

A tal ponto que podemos afirmar que, daqui a algum tempo, constataremos que a História do Amapá se dividirá em dois momentos: antes e depois desta Zona de Livre Comércio.

A esta última corresponderá a deflagração de grande movimentação econômica no Estado, com a transformação de uma



*Macapá; em primeiro plano, o forte de São José de Macapá, uma das mais belas e maiores fortificações do Brasil, vigiando a margem esquerda do Amazonas*

trágica cultura burocrática responsável pela expulsão de sua gente, para uma nova situação trazida pelo intercâmbio intenso com o resto de mundo, onde os amapaenses passarão a ser identificados e considerados perante a Nação, numa redefinição dinâmica.

Este novo modelo, já perceptível na virada do século, reverterá o processo migratório, engendrando forças capazes de conduzir a melhor ocupação do território na região e a sua transformação em importante tributário da economia do país.

As transformações ocorridas no Estado com a criação da Zona de Livre Comércio deram uma nova configuração ao Estado. Ao invés de um clima de abandono, com a economia baseada apenas nos salários públicos, surgiu um pólo econômico mercantilista com braços fortes no

exterior. Hoje, em vez de sair para comprar, o Amapá recebe contingentes de compradores. O seu comércio teve um salto qualitativo. Os empresários têm mais contato com Miami, USA, Panamá, China, Europa, do que com o Centro-Sul do Brasil.

Como Macapá e Santana estão na costa, seu crescimento não afeta um modelo capaz de preservar e conservar o tesouro ecológico do Estado. Ele será o abastecedor de matéria-prima, essências e produtos regionais a serem aí pesquisados e desenvolvidos.

A ocupação será feita pelo eixo divisório entre a selva e a área baixa dos campos. Esse eixo, que basicamente é uma linha divisória que passa por Macapá, vai até o Oiapoque, será de grande dimensão e não afetará o meio ambiente. O projeto do Amapá forte deve conjugar a construção de uma infra-estrutura de porto, estrada, energia, com a formação de recursos humanos especializados em operar com projeto de industrialização baseado em duas pontas: o tradicional, para exportação, e o modernizador, conjugado com recursos naturais e pesquisa científica.

A Zona de Livre Comércio é o embrião desse processo, atendendo a vocação do Amapá de posição estratégica, para ser centro modelar no Brasil. Exportador e modelo de crescimento sem destruir a natureza.

Isso trará emprego e perspectiva para essa juventude que outrora emigrava sem perspectiva.

A Zona Franca, assim, deve ser tida como um marco na história do Amapá antes e depois dela. Aproveitá-la para o grande impulso inicial é tarefa de visão do futuro.

O Amapá será um estado forte e pioneiro na Amazônia.

J. S.